

FHC deve deixar R\$ 20 bi em caixa

Ivanir José Bortot
de Brasília

(Continuação da página A-1)

No conceito nominal— que inclui receitas menos despesas acrescido de juros — o déficit do governo central deve atingir a R\$ 36,1 bilhões, equivalente a 3,29% do Produto Interno Bruto (PIB). Ainda não foi apurado quanto será pago com juros dos Estados, Municípios e empresas estatais. “A União possui um colchão de liquidez que são os depósitos da conta do Tesouro Nacional no Banco Central. Os Estados não tem este colchão de liquidez e precisam ficar muito atentos”, disse a assessora econômica do ministro do Planejamento, Mar-

tuz Tavares, a economista Silene Peres. O cerco dos gastos da União, Estados e municípios, ganhou novos contornos com a maior fiscalização sobre os gastos fiscais. Na prática, romperá com o ciclo vicioso de alguns administradores públicos em fim de mandato. É muito comum a União, Estados e municípios executarem orçamentos de receitas superestimados e despesas subestimadas. Assim, em tese, há espaço para realização de despesas no Orçamento sem que haja receitas. No final do ano não há como pagar os compromissos. Há, no entanto, um tipo de despesa que de fato passa de um exercício para outro por razões operacionais, como os

serviços e salários de dezembro que passam para o ano seguinte.

“O grave é que estas despesas não aparecem nas estatísticas oficiais e quem deixa o governo acaba comprometendo a administração de quem está entrando”, disse Silene

Os estados de São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, terão até final de 2002 para reduzir suas despesas de pessoal ao equivalente a 60% das suas despesas correntes. Esses estados podem fazer 50% do que falta este ano e o restante até o final do ano que vem.

A União, que estará desembol-

sando em 2002 cerca de R\$ 148,7 bilhões com gastos com pessoal deverá contar com receitas estimadas em R\$ 201 milhões, suficientes para que este valor fique dentro dos limites da nova lei.

As unidades da União que tiverem dificuldade em atingir os limites da lei serão obrigadas a adotar as seguintes medidas: 1) cortar 20% dos cargos comissionados de seus quadros; 2) se não for suficiente, reduzir o quadro de funcionários não estáveis; 3) ainda assim, estando em desequilíbrio financeiro, devem demitir os servidores estáveis. Caso o Estado venha a atingir a 95% do objetivo fica impedido de criar cargos de confiança, fazer contratações ou

pagar horas extras aos servidores.

As operações de ARO, que é uma antecipação de receita financeira mediante empréstimo bancário, está proibida para os Estados em 2002. Não sendo ano eleitoral os Estados podem fazer ARO desde que seja feito em janeiro e para ser liquidado em dezembro do mesmo ano. O Estado terá que fazer um leilão junto as instituições financeira para ver quem empresta recursos com a menor taxa de juros. As contratações de funcionários públicos ou concessões de promoções ficam proibidas, 180 dias antes das eleições.

Quem deixar de seguir os limites fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal, em alguns dos objetivos

identificados pelo Banco Central, poderá ser punido. O Tesouro Nacional poderá suspender o repasse de recursos orçamentários destinados a obras para os Estados e Municípios que não cumprirem a lei.

Preocupado em conseguir com que prefeitos e governadores se enquadrem nas novas regras, o Ministério do Planejamento desenvolveu um curso que será aplicado a cerca de 11 mil servidores públicos de todo o Brasil. A primeira fase começa pela Bahia onde serão feitas exposições sobre Lei de Diretrizes Orçamentária, planejamento e equilíbrio fiscal, licitações e contratos, controles e fiscalização aplicáveis ao Orçamento e a execução financeira.